

Identificação

Área de Avaliação: **SERVIÇO SOCIAL**

Coordenador de Área: Berenice Rojas Couto (PUC-RS)

Coordenador-Adjunto de Área: Maria Luiza Amaral Rizzotti (UEL)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional:*

*não existe coordenador-adjunto de mestrado profissional

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

A Área de Serviço Social possui 31 Programas de Pós-Graduação assim distribuídos espacialmente: 12 na região Sudeste (36,66%), 10 na região Nordeste (33,33%), 04 na região Sul (13,33%) 03 na região Centro-Oeste (10,0%) e 02 na região Norte (6,68%).

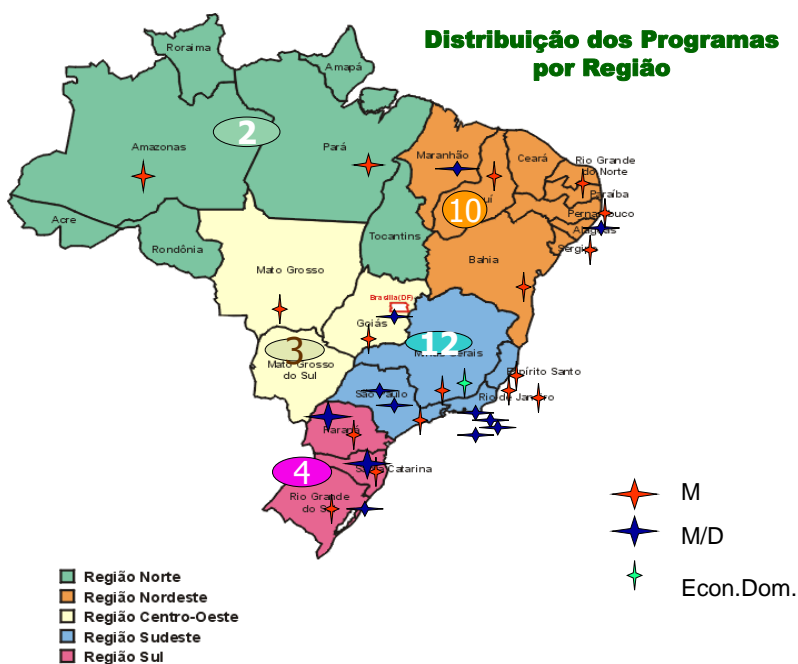


Figura 1: Programas por Região do País

Fonte: CAPES/ 2012

Dos 31 programas de pós-graduação da área, 14 possuem cursos de doutorado e mestrado (PUC/RS, PUC/SP, PUC/RJ, UFMA, UFRJ, UFF, UFPE, UnB, UNESP, UERJ, UEL, FUFPI,

UFSC, UFES) e os demais (UFPA, UFRN, UFAL, UFPb-JP, UFJF, UCSAL, UCPEL, PUCGO, UFAM, UFMT, UFV, UNICSUL, EMESCAN, UFCE, FUFSE, UFF¹) possuem apenas cursos de mestrado.

A formação pós-graduada em Serviço Social é desenvolvida majoritariamente nas universidades públicas, seguida das universidades comunitárias, com pouca expressividade de instituições privadas, tendência inversa à detectada na graduação.

A vinculação institucional dos Programas de Pós-Graduação assim se expressa: 23 (73,33%) em Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 08 em instituições particulares (26,67%). Destes últimos, 06 (20,0%) encontram-se em IES comunitárias e 02 em IES privadas (6,67%).

Quanto à dependência administrativa, a distribuição dos programas de pós-graduação da Área é a seguinte: 18 em IES Federais (60,0%); 05 em IES Estaduais (16,66) e 08 em IES particulares (23,34%).

A área básica dos 31 programas de pós-graduação é a seguinte: 20 em Serviço Social (66,6%), dos quais 01 em Serviço Social e Desenvolvimento Regional e 01 em Serviço Social, Trabalho e Questão Social; 07 em Política Social (23,3%), dos quais 01 em Políticas Sociais e Cidadania; 01 em Política Social e Serviço Social; 03 em Políticas Públicas (10,0%), sendo um deles em Política Pública e desenvolvimento local; e 01 em Economia Doméstica (3,1%).

No intervalo dos anos de 2010 a 2012 foram criados ou postos em funcionamento 5 novos mestrados acadêmicos em Serviço Social e 1 em Economia Doméstica, além de 4 doutorados em Serviço Social.

Em 2011 foi criado apenas um curso em nível de mestrado na Universidade Federal de Sergipe. Já em 2012 houve um acréscimo de 6 novos mestrados distribuídos nas regiões sul, sudeste e nordeste, nas seguintes universidades: Universidade Estadual da Paraíba, Universidade Federal Fluminense, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Fundação Universidade Federal do Sergipe.

Além destes mestrados, um novo mestrado em Economia Doméstica na Universidade Federal Rural de Pernambuco foi recomendado em 2012.

Numa leitura da distribuição espacializada dos seis (6) novos Mestrados em Serviço Social vale destacar que três (3) localizam-se na região nordeste do Brasil. Esse dado aponta que o crescimento de novos cursos foi de 50% de mestrados na região, corroborando com uma das principais diretrizes da Área, que indicava a preocupação com a ampliação de acesso a processo de formação de docentes nas regiões mais desprovidas dessa possibilidade.

¹ A Universidade Federal Fluminense nesse triênio aprovou um novo Programa de Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional.

Nesse período foi criado 1 curso de doutorado em Serviço Social na Universidade Federal do Piauí e dois outros cursos, também na mesma área aprovados em 2010, foram postos em funcionamento em 2011 nas universidades Estadual de Londrina e Federal de Santa Catarina. Os dois novos doutorados na região sul inauguraram a presença deste nível de formação em Instituições públicas no sul do país. Até 2011 havia apenas um doutorado em funcionamento oferecido pela PUC/RS.

A região nordeste também contava com apenas 1 Programa de mestrado e doutorado e com a criação de um doutorado no Piauí passou a contar com 2, ambos em universidades federais.

A ampliação deste triênio indicou, para o nível de doutorado, um percentual de 40% e, em nível de mestrado, de 21%. Em ambos os níveis os novos cursos povoaram regiões com déficit, ampliando a possibilidade de formação de professores e pesquisadores em universidades públicas.

Os dados demonstram que houve um crescimento quantitativo dos cursos em ambos os níveis divididos pela maioria das regiões do Brasil, sendo que os mestrados tiveram maior incidência no nordeste e os doutorados no sul.

Vale ressaltar que todos os novos cursos na área de Serviços Social foram criados em universidades públicas, sendo que 1/3 em Instituições estaduais (UEPB, UECE e UNIOESTE) e 2/3 em Instituições Federais (UFF, UFPI, UFF). O único mestrado novo em Economia Doméstica também está sediado numa universidade pública - federal.

A implantação da pós-graduação *stricto sensu* em Serviço Social no Brasil tem quatro décadas. Os cursos de mestrado pioneiros foram os da região Sudeste: PUC-RJ e PUC-SP, em 1972, e UFRJ, em 1976. Ainda na década de 1970 verificou-se a expansão da pós-graduação para a região Sul, com a criação do mestrado na PUC-RS em 1977 e para o Nordeste, com o mestrado da UFPB-JP, em 1978, e da UFPE, em 1979. Em 1981 foi criado, na PUC-SP, o primeiro curso de doutorado, constituindo-se o pioneiro na América Latina. Contudo, na década de 1980 não foram criados outros programas de pós-graduação na Área. Portanto, na década de 1970, foram criados 06 programas.

A expansão da pós-graduação na Área foi retomada nos anos 1990, no mesmo ritmo da década de 1970, com a criação de 06 programas novos. Registrou-se maior impulso no período 2000-2009, com a criação de 15 novos programas e nos anos 2000 foram criados mais 5 novos programas. Este fluxo de crescimento pode ser observado no gráfico nº 1:

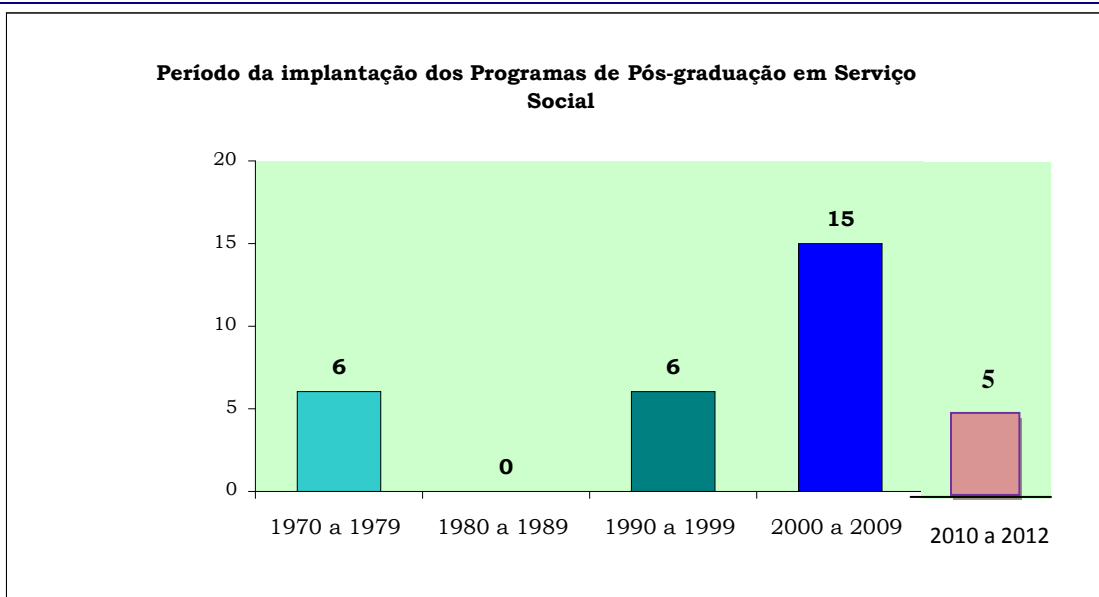


Gráfico 1 : Período de implantação dos Programas Implantação de Programas

Fonte: Capes

Base: 32 instituições de ensino superior

A criação dos 26 novos programas, a partir da década de 1990, é a expressão do amplo processo de renovação acadêmica e profissional crítica que ocorre no Serviço Social brasileiro nas últimas décadas, rompendo com as marcas conservadoras e confessionais de origem. Nesse sentido, a pós-graduação exerce um papel fundamental na sustentação científica dessa renovação. Nesse processo, o Serviço Social volta-se para a análise da *questão social* e suas manifestações mais contundentes, no marco das relações entre o Estado e a sociedade civil, tal como se expressam na vida cotidiana de distintos segmentos das classes subalternas, em suas relações com o bloco no poder e com as iniciativas coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos sociais.

Os (as) assistentes sociais atuam na formulação, planejamento, execução e avaliação de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, movidos pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população. Sua atuação ocorre ainda na esfera privada, principalmente por meio de repasse de serviços, benefícios e organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços. Os (as) assistentes sociais também marcam presença em processos de organização e formação política de segmentos diferenciados de trabalhadores. Nessa direção realizam uma ação de cunho sócio-educativo na prestação de serviços que incidem na reprodução material e social da força de trabalho. Ao mesmo tempo viabilizam o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus

direitos.

A Área vem se consolidando, de forma contínua e sistemática, o que pode ser observado na qualificação do corpo docente que é composto, em sua totalidade, de doutores, vários com pós-doutorado no Brasil e no exterior; no crescimento da produção intelectual docente e discente; na ampliação de convênios e intercâmbios acadêmicos com instituições nacionais e internacionais; na constituição e fortalecimento de grupos e núcleos de pesquisa consolidados e produtivos; na crescente inserção internacional de programas.

INTERDISCIPLINARIDADE

O Serviço Social tem largo escopo de articulação com outras áreas de conhecimento, sobretudo aquelas que têm como fundamento o arcabouço teórico da área das humanidades. Já em sua formação profissional em nível de graduação não prescinde das explicações teórico-metodológicas de tais áreas que se encontram contempladas no processo de formação. Os programas de Pós-Graduação na Área situam-se entre aqueles cuja área de concentração é o próprio Serviço Social e outros onde as Políticas Sociais e Públicas são objetos dos programas. Tanto em um quanto em outro a interdisciplinaridade comparece como uma perspectiva fundamental para alicerce do debate e da produção de conhecimento. As linhas de pesquisa expressas nos Programas de Pós-Graduação são aglutinadoras de diferentes caminhos explicativos no âmbito das ciências humanas e sociais aplicadas. Os temas tais como direitos sociais, políticas sociais, cidadania, processos de trabalho presentes na maioria dos Programas são, por excelência, interdisciplinares. Além disso, é comum a composição do corpo docente de pesquisadores de diferentes áreas de formação, tais como a sociologia, economia, história, antropologia, dentre outras.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

O estabelecimento da relação entre a Área Serviço Social e o ensino fundamental e médio se dá de forma indireta, pois, em que pese a educação ser um campo de atuação do Assistente Social, ainda há pouca inserção profissional neste campo.

O processo de formação profissional inclui preparo para a intervenção do assistente social nas relações no âmbito das instituições de ensino, família e comunidade, além do profícuo debate sobre o direito de acesso à educação e o seu lugar para a aquisição de cidadania e igualdade social.

Em alguns programas de Pós-Graduação têm sido desenvolvidos projetos de pesquisa que incluem o estudo da política de educação numa perspectiva crítica e de construção de aspectos elucidatórios para a ampliação de acesso a esse direito universal. Temas como violência na escola, evasão escolar, entre outros, têm sido recorrentes nos projetos de pesquisa da área, o que tem contribuído para decifrar questões que tem relação direta com a garantia de acesso à educação.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

MESTRADO ACADÊMICO

Em consonância com a orientação da CAPES para a aprovação de novas propostas de Mestrado Acadêmico, a área aponta como critérios para sua avaliação:

- adequação da proposta ao plano de desenvolvimento institucional da proponente e comprometimento dos dirigentes da instituição com a iniciativa;
- clareza e consistência da proposta, que deve apresentar indicadores que comprovem:
 - a. qualificação do corpo docente. Todos os docentes devem ser doutores. A produção intelectual e a inserção em núcleos de pesquisa e projetos de pesquisa dos docentes articulados a proposta do curso são critérios de avaliação da mesma. Serão avaliadas a produção em periódicos, livros e capítulos de livros nos últimos três anos para aprovação da APCN;
 - b. adequação das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa: É necessário que a proposta apresente de forma clara a definição das áreas de concentração e linhas de pesquisa em consonância com os objetivos do curso proposto, bem como a vinculação entre as linhas de pesquisa e os projetos apresentados;
 - c. adequação da estrutura curricular com respectivas ementas de disciplinas: Serão avaliados a pertinência das ementas propostas bem como a atualidade da bibliografia recomendada, bem como a articulação das disciplinas com a área de concentração e as linhas de pesquisa;
 - d. explicitação dos critérios de seleção de alunos e justificativas para o perfil da formação profissional pretendida e o estágio de desenvolvimento da área no País;
- competência técnico-científica para a promoção do curso, demonstrando que a proposta foi precedida da formação e maturação de grupos de pesquisa com produção intelectual

relevante, em termos quantitativos e qualitativos, e em condições de assegurar a formação dos alunos nas áreas de concentração previstas. Nesse quesito será avaliada a experiência em formação de recursos humanos do quadro docente, sua articulação com a proposta do curso e a experiência de orientação acumulada;

- quadro de docentes permanentes que, em número, regime de dedicação ao programa e qualificação acadêmica, permita assegurar a regularidade e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e orientação. É exigido pela área um quadro docente de no mínimo 7 (sete) docentes em Programas de Mestrado. Os docentes permanentes devem ter vínculo com a IES proponente, devendo dedicar no mínimo 20 horas semanais ao Programa. Nos Programas de Serviço Social é exigido que 60% do corpo docente permanente tenha formação de graduação ou pós-graduação em Serviço Social e nos Programas interdisciplinares no campo das políticas sociais e públicas é exigido que 30% do corpo permanente tenha graduação ou pós-graduação em Serviço Social, o que sustenta sua vinculação a área. No quesito corpo docente é exigido que, no mínimo, 70% dos docentes do Programa sejam do corpo permanente. É necessária a apresentação do regimento do Programa que explicita claramente os critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente. Os docentes permanentes podem estar vinculados nessa condição a apenas dois programas, ressalvadas as condições excepcionais apontadas pela Portaria CAPES nº 1/2012 que dispõe sobre o tema.
- infraestrutura de ensino e pesquisa adequada para o desenvolvimento das atividades previstas, no que se refere a instalações físicas, tanto no que se refere a salas para docentes e discentes, equipamentos de informática, recursos de multimídia, acervo bibliográfico compatível com a formação desejada .

DOUTORADO

Em consonância com a orientação da CAPES para a aprovação de novas propostas de Doutorado, a área aponta como critérios para sua avaliação:

- adequação da proposta ao plano de desenvolvimento institucional da proponente e comprometimento dos dirigentes da instituição com a iniciativa;
 - clareza e consistência da proposta, que deve apresentar indicadores que comprovem:
- e. qualificação do corpo docente. Todos os docentes devem ser doutores. A produção intelectual e a inserção em núcleos de pesquisa e projetos de pesquisa dos docentes articulados a proposta do curso são critérios de avaliação da mesma. Serão avaliadas a produção em periódicos, livros e capítulos de livros nos últimos três anos para aprovação da APCN;
- f. adequação das áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa: É necessário que a proposta apresente de forma clara a definição das áreas de

- concentração e linhas de pesquisa em consonância com os objetivos do curso proposto, bem como a vinculação entre as linhas de pesquisa e os projetos apresentados;
- g. adequação da estrutura curricular com respectivas ementas de disciplinas: Serão avaliados a pertinência das ementas propostas bem como a atualidade da bibliografia recomendada, bem como a articulação das disciplinas com a área de concentração e as linhas de pesquisa;
- h. explicitação dos critérios de seleção de alunos e justificativas para o perfil da formação profissional pretendida e o estágio de desenvolvimento da área no País;
- competência técnico-científica para a promoção do curso, demonstrando que a proposta foi precedida da formação e maturação de grupos de pesquisa com produção intelectual relevante, em termos quantitativos e qualitativos, e em condições de assegurar a formação dos alunos nas áreas de concentração previstas. Nesse quesito será avaliada a experiência em formação de recursos humanos do quadro docente, sua articulação com a proposta do curso e a experiência de orientação acumulada;
 - quadro de docentes permanentes que, em número, regime de dedicação ao programa e qualificação acadêmica, permita assegurar a regularidade e a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e orientação. É exigido pela área um quadro docente de no mínimo 10 (dez) em Programas de Doutorado. Os docentes permanentes devem ter vínculo com a IES proponente, devendo dedicar no mínimo 20 horas semanais ao Programa. Nos Programas de Serviço Social é exigido que 60% do corpo docente permanente tenha formação de graduação ou pós-graduação em Serviço Social e nos Programas interdisciplinares no campo das políticas sociais e públicas é exigido que 30% do corpo permanente tenha graduação ou pós-graduação em Serviço Social, o que sustenta sua vinculação a área. No quesito corpo docente é exigido que, no mínimo, 70% dos docentes do Programa sejam do corpo permanente. É necessária a apresentação do regimento do Programa que explicita claramente os critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente. Os docentes permanentes podem estar vinculados nessa condição a apenas dois programas, ressalvadas as condições excepcionais apontadas pela Portaria CAPES nº 1/2012 que dispõe sobre o tema.
 - infraestrutura de ensino e pesquisa adequada para o desenvolvimento das atividades previstas, no que se refere a instalações físicas, tanto no que se refere a salas para docentes e discentes, equipamentos de informática, recursos de multimídia, acervo bibliográfico compatível com a formação desejada .

MESTRADO PROFISSIONAL

As exigências do ponto de vista da formulação clara de proposta, com área de concentração e linhas de pesquisa apresentadas de forma clara e objetiva, bem como o comprometimento institucional, com a formulação de um projeto articulado são exigências para a proposta de

mestrado profissional. É necessário que a Instituição proponente seja identificada como instituição de ensino e pesquisa, com formação de recursos humanos qualificados. É necessária que a formulação da proposta explicita de forma clara que profissional quer formar, qual a motivação para a criação do curso, explicitando a demanda e a necessidade de formação desse recurso humano na região onde o Programa está inserido.

O corpo docente deve mesclar com equilíbrio doutores, com produção técnica científica na área, com profissionais de reconhecido saber e expertise na proposta de formação. Deve ficar evidenciada essa característica na identificação tanto da formação como da produção do corpo docente, que deve manter a proporcionalidade de 70% dos docentes compondo o corpo docente permanente, desses 60% , no mínimo, devem ter vínculo com a Instituição em tempo integral ou parcial. A participação de docentes colaboradores não pode exceder a 30% do corpo docente.

Na produção docente será avaliada a produção técnico-científica, devendo ficar explicitada sua vinculação com a área de concentração e as linhas de pesquisa da proposta do curso.

Serão bem avaliadas propostas que estejam articuladas a capacitar a atuação profissional no campo das políticas sociais públicas e da garantia dos direitos sociais da população.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

O processo de avaliação tem sido objeto de debates pela área junto aos coordenadores de programa e a comissão assessora da área. Definiu-se desde o início do triênio que a Área usaria a ficha de avaliação aprovada na trienal 2007-2009, amplamente debatida entre os coordenadores de área e sua elaboração final evidenciava uma proposta de aprimoramento da pós-graduação e um planejamento de consolidação dessa pós-graduação. Assim, a ficha aprovada no triênio anterior condensava os acordos da área sobre o processo de avaliação e apontava para um aprimoramento dos processos que envolviam essa avaliação. Para tanto os espaços dos Seminários de Acompanhamento realizados na CAPES foram fundamentais para que esse processo se estabelecesse.

SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

Á área realizou dois Seminários de Acompanhamento, que contou com a presença de 95% dos coordenadores. No primeiro, ocorrido em novembro de 2011, foi feita uma exposição dos resultados do trabalho desenvolvido no triênio anterior pela Coordenadora de Área de 2007 a 2009. Após, realizou-se, por parte dos coordenadores, uma apresentação dos Programas presentes e tendências apontadas pela avaliação e desafios do triênio em curso.

As discussões que emanaram desse primeiro momento aprofundaram os temas no que

concerne a:

- ampliação e aperfeiçoamento da produção intelectual;
- necessidade de definir com maior precisão os critérios de avaliação da produção técnica;
- qualificação docente como elemento indutor de aprimoramento dos Programas de Pós-Graduação;
- necessidade de aprimorar mecanismos de acompanhamento dos alunos egressos.

Foram apontados como desafios:

- necessidade de avançar na indexação das revistas;
- aprimoramento da divulgação para regras de períodos da publicação;
- criação de instrumentos de avaliação de inserção social, em função do fato de que esse é um critério indicado pela Área.

No que concerne aos instrumentos e procedimentos de avaliação debateu-se as alterações que já foram adotadas no último triênio quanto à feitura do relatório anual e a avaliação trienal. Ainda em relação a esse tema houve uma valorização das visitas, pois permitem maior ambientação com o programa e aprofundam as reflexões e definição de estratégias de aprimoramento.

A conclusão desse primeiro momento trouxe sugestões que versaram sobre a necessidade de acompanhamento mais sistemático dos Programas avaliados com nota 3 (tanto para os antigos como para os novos). Integração a partir de propostas como o PROCAD e/ou similares; ampliação da internacionalização quali-quantitativamente e a necessidade de avaliar o aumento de cobertura de Cursos de Pós-Graduação, sobretudo nas regiões com menor incidência e dificuldade de acesso ao aperfeiçoamento em nível de Pós-Graduação.

Como resultado dos dados apresentados e do debate concluiu-se que a área apresenta consolidação e crescente maturação e o faz em sintonia com a realidade social do país, levando ainda em consideração as especificidades regionais, contribuindo de forma decisiva na construção de conhecimento no campo das políticas sociais públicas.

Alguns encaminhamentos desse primeiro encontro do triênio valem ser destacados, entre eles:

A identificação do esforço dos Programas em qualificarem-se, destacando o caminho da internacionalização; o aprimoramento da socialização da produção, tanto no que concerne à maior mobilidade de artigos entre as revistas nacionais e internacionais, além de reiterar a relevância que os livros têm na área do Serviço Social.

No segundo encontro realizado em outubro de 2012, a tônica versou sobre os critérios de avaliação de área, cuja discussão com esse grupo de coordenadores resultou na reiteração dos que vinham sido aplicados, sobretudo no que concerne aos percentuais aplicados aos grandes itens de aprimoramento. O segundo tema pautado versou sobre a ampliação das publicações do corpo docente e discente dos Programas, assim como o aprimoramento das revistas associadas às Universidades.

Por fim, foram retomados os debates já iniciados em encontros anteriores no que concerne à internacionalização, cujas conclusões estão contidas em item destinado a esse tema nesse documento.

Foi avaliada muito positivamente pelos coordenadores da área, a exposição feita pelo Diretor da DAV sobre a contextualização da Pós-Graduação brasileira e os desafios postos pelo Plano Nacional de Pós-Graduação. Exposição que deu densidade ao debate estabelecido pela área.

IV- Considerações sobre Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros / Eventos /Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERÍODICOS

A Área utiliza os critérios de qualificação de periódicos apoiada nos seguintes critérios:

CRITÉRIOS MÍNIMOS PARA UMA PUBLICAÇÃO SER AVALIADA COMO PERÍODICO CIENTÍFICO:

Definição de periódico científico

Um periódico científico é uma publicação seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente a uma comunidade acadêmico-científica. Para ser considerado um periódico científico, o mesmo deve conter os seguintes itens:

- Editor responsável.
- Conselho Editorial.
- ISSN.
- Linha editorial.
- Normas de submissão.
- Periodicidade mínima semestral.
- Avaliação por pares.
- Publicar pelo menos 14 artigos por volume/ano.
- Afiliação institucional dos autores.
- Afiliação institucional dos membros dos Conselhos, podendo haver membros sem vínculo institucional (por ex: aposentados).
- Resumo e Abstract dos artigos.
- Descritores em português e inglês.
- Pelo menos um número do ano anterior publicado.
- Disponibilidade em formato digital, com acesso *on line*;
- Para revistas brasileiras, recomenda-se que haja uma garantia, por agente

certificador auditável, de preservação e acesso ao acervo em casos de catástrofes e obsolescência tecnológica.

- Data de recebimento e aceitação de cada artigo.

Os periódicos da área de Serviço Social, considerados científicos por estes critérios, foram classificados em 07 estratos, adaptados segundo a realidade da área (número de artigos publicados pela área, proximidade da temática à área, avaliação recebida por outras áreas, etc.).

Estratos

Estrato B5

- Periódicos que atendam aos critérios explicitados acima, sem cumprir quaisquer das exigências adicionais descritas nos estratos subseqüentes.

Estrato B4

Para 2008:

- Publicar, por volume/ano, pelo menos, 20% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 03 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Disponibilidade em, pelo menos, uma base de dados ou indexador internacional.

Estrato B3

- Ser publicado por: instituição com Pós-Graduação *stricto sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional, reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional ou Instituição de Pesquisa; ou contar com apoio da CAPES, CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos, conter avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos, 30% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 03 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Disponibilidade em mais uma base de dados ou indexador internacional.

Estrato B2

- Ser publicado por instituição com Pós-Graduação *stricto sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa; ou contar com apoio da CAPES, CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos, conter avaliação por pares, ou estar

disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.

- Publicar, por volume/ano, pelo menos 45% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 04 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Presença em uma base de dados ou indexador internacional.
- Disponibilidade em indexadores ou bases de dados do tipo ISI, SciELO, SCOPUS ou similar.
- Periodicidade mínima semestral.

Estrato **B1**

Ser publicado por: instituição com Pós-Graduação *stricto sensu*, ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional ou Instituição de Pesquisa; ou ser publicado com apoio da CAPES ou do CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos conter avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.

- Atualização, com todos os números do ano anterior publicados até 31 de março do ano seguinte.
- Disponibilidade em mais de um indexador ou base de dados.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 18 artigos.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 60% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 05 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Periodicidade mínima semestral.

Observação: Revistas brasileiras classificadas no estrato B1, mas com presença no SciELO e/ou indexador internacional, passaram por uma avaliação de mérito e algumas progrediram para o estrato A2. A avaliação de mérito levou em conta a quantidade do conjunto de artigos publicados pela área.

Estrato **A2**

Ser publicado por: instituição com Pós-Graduação *stricto sensu* ou Sociedade Científica de âmbito nacional ou internacional reconhecida pela Coordenação de Área; ou por Instituição Profissional de âmbito nacional, ou Instituição de Pesquisa; ou ser publicada com apoio da CAPES, CNPq ou com financiamento estatal. Em todos os casos, conter avaliação por pares, ou estar disponível em pelo menos uma base de dados ou indexador internacional.

- Atualização, com todos os números do ano anterior publicados até 31 de março.
- Disponibilidade em um dos indexadores e/ou bases de dados do tipo ISI, SciELO, SCOPUS ou similar.
- Periodicidade mínima semestral.

- Publicar, por volume/ano, pelo menos 18 artigos.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 75% de artigos cujos autores sejam vinculados a pelo menos 05 instituições diferentes daquela que edita o periódico.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 01 de artigo com autor ou co-autores filiados à instituições estrangeiras.
- Publicar, por volume/ano, pelo menos 20% artigos com autores ou co-autores filiados a instituições estrangeiras.

Estrato **A1**

Periódicos de destacada qualidade devidamente demonstrada em relatório pelos avaliadores e necessariamente superiores a todas as exigências estabelecidas para o Estrato A2.

Nesse triênio já foram feitas duas atualizações da qualificação dos periódicos, em 2010 e 2012 e a Comissão de área realizou o trabalho de qualificação final para avaliar o triênio em junho de 2013. Como produto final foram avaliados 815 periódicos, o que representou um acréscimo em relação a trienal passada (437 periódicos foram avaliados). O processo apontou para acréscimos em todos os estratos, embora a maior concentração ainda tenha permanecido nos estratos inferiores (B5 e C).

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

O processo de classificação da produção dos docentes e, em conjunto com a discente, no que concerne a livros, coletâneas, trabalhos completos em anais, prefácio e posfácio, foi realizada a partir da instalação de um sistema informatizado, disponibilizado pela UFRGS e o processo de classificação propriamente dito realizou-se na PUC/RS com total disponibilização e condições objetivas e do corpo de funcionários da biblioteca. A comissão composta por 8 (oito) professores de Programas de diferentes regiões do Brasil trabalhou por 15 dias, distribuídos em três semanas.

A avaliação dos livros consistiu das seguintes etapas:

1. Reunião com os coordenadores (feita durante o 2 Seminário de Acompanhamento da Área) para apresentação da Metodologia de Avaliação de livro e envio das instruções por E-mail.

2. **Preenchimento do cadastro no sistema pelos coordenadores dos Programas de Pós-Graduação. As informações prestadas indicavam que quanto a:**



- Preenchimento das fichas

O coordenador do Programa preencheu os dados para cada obra.

Todos os dados com * são obrigatórios antes de se finalizar o cadastro da obra. Após salvar a obra pela primeira vez, a tela mudará um pouco, permitindo o cadastro de mais dados. O programa e o ano de edição, selecionados não poderão mais ser alterados a partir deste momento.

Só foram consideradas as obras declaradas nos respectivos Coleta Capes do ano correspondente.

O sistema que foi acessado durante o processo de informação sobre a produção foi o seguinte:

Programa *

Ano da Edição *

Título da Obra *

ISBN * (Informe apenas os números)

Tipo da Obra *

Formato da Obra *

Idioma *

Resumo/Informações da Obra

Editora *

Cidade da Edição *

País da Edição *

Nº de Páginas da Obra *

Autores de Livro Integral

Pelo menos **UM** dos autores cadastrados nesta seção deve ter ligação com o programa de pós-graduação da obra.

Novo Autor de Livro Integral

Nome do Autor	Nome para Referência	Vinculado ao Programa?
Sem autores cadastrados		

Autores Organizadores

Pelo menos **UM** dos autores cadastrados nesta seção deve ter ligação com o programa de pós-graduação da obra.

Novo Autor Organizador

Nome do Autor	Nome para Referência	Vinculado ao Programa?
Sem autores cadastrados		

Partes

Para cada **parte** da obra, pelo menos **UM** dos autores deve ter ligação com o programa de pós-graduação da obra.

Nova Parte

Parte	Autores
Sem partes cadastradas	

OBRA

Cadastro da Obra | Cadastro dos Aspectos Formais da Obra

INFORMAÇÕES

Botões com indicam múltipla escolha.

Botões com indicam escolha simples. O valor sobrescrito (1, 2, 3, etc) indica o grupo da questão. Nesse grupo, somente uma dessas questões pode ser selecionada.

Obs.: a cada clique nas questões, suas opções já estão sendo salvas.

ASPECTOS FORMAIS DA OBRA - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

1. AUTORIA

1.1. Única	1.1.1. Docente do Programa	<input type="checkbox"/>
	1.1.2. Discente do Programa	<input type="checkbox"/>
	1.2.1. do programa e autor (es) de outras instituições de ensino e pesquisa, no país com participação discente	<input type="checkbox"/>
1.2. Docente (s)	1.2.2. do programa e autor (es) de outras instituições de ensino e pesquisa, no país sem participação discente	<input type="checkbox"/>
	1.2.3. do programa e autor (es) de outras instituições de ensino e pesquisa, no exterior com participação discente	<input type="checkbox"/>
	1.2.4. do programa e autor (es) de outras instituições de ensino e pesquisa, no exterior sem participação discente	<input type="checkbox"/>
	1.2.5. apenas do programa	<input type="checkbox"/>
	1.2.6. e discente (s) apenas do Programa	<input type="checkbox"/>
	1.3. Discente (s)	1.3.1. apenas do Programa
	1.3.2. do Programa e de outras instituições de ensino e pesquisa	<input type="checkbox"/>

2. EDITORIA

2.1. Editora	2.1.1. com catálogo de publicações na área	<input type="checkbox"/>
	2.1.2. brasileira, universitária, filiada à ABEU	<input type="checkbox"/>
	2.1.3. brasileira, universitária, não filiada à ABEU	<input type="checkbox"/>
	2.1.4. comercial com distribuição nacional	<input type="checkbox"/>
	2.1.5. comercial com distribuição nacional e tradição de publicação na área	<input type="checkbox"/>
	2.1.6. comercial estrangeira com tradição de publicação na área	<input type="checkbox"/>
	2.1.7. universitária estrangeira	<input checked="" type="checkbox"/>
	2.1.8. comercial estrangeira	<input type="checkbox"/>
2.2. Conselho editorial ou revisão por pares	<input type="checkbox"/>	
2.3. Contém informações sobre os autores	<input type="checkbox"/>	

3. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS

3.1. Primeira edição	<input type="checkbox"/>
3.2. Segunda Re-edição	<input type="checkbox"/>
3.3. Terceira re-edição ou mais	<input type="checkbox"/>
3.4. Re-impressão	<input type="checkbox"/>
3.5. Obra integra Coleção	<input type="checkbox"/>
3.6. Publicação em idioma estrangeiro	<input type="checkbox"/>
3.7. Publicação bilíngue	<input type="checkbox"/>
3.8. Prêmios nacionais, estrangeiros ou internacionais	<input type="checkbox"/>
3.9. Financiada por programa e/ou projeto de pesquisa e/ou editora	<input type="checkbox"/>

4. VINCULAÇÃO DA OBRA

4.1. Obra vinculada a Projeto (s) de Pesquisa	<input type="checkbox"/>
4.2. Obra vinculada a Linha (s) de Pesquisa	<input type="checkbox"/>
4.3. Obra vinculada à área de concentração do Programa	<input type="checkbox"/>
4.4. Obra vinculada à área de conhecimento	<input type="checkbox"/>
4.5. Obra vinculada a projeto isolado	<input type="checkbox"/>
4.6. Obra sem vinculação	<input type="checkbox"/>

5. TIPO E NATUREZA DA OBRA

5.1. Obra de autoria única	<input type="checkbox"/>
----------------------------	--------------------------

Configurações

FAQ/Manual

Identificação

Áreas

Programas

Instituições

Cronograma

Fluxo de Avaliação

Obras

Inclusão de Obras

Avaliações de Obras

Membros

Usuários

Coordenação de Área

Coordenação de Programa

Comissão de Avaliação de Livros

Após o preenchimento, o Programa enviou o material para a biblioteca da PUCRS que fez o primeiro trabalho de checagem dos dados.

A comissão se reuniu por 3 vezes na biblioteca da PUCRS e procedeu a avaliação do material. A comissão de consultores preencheu uma ficha de avaliação qualitativa da obra para cada obra enviada pelos Programas. Aquelas obras que não responderam aos requisitos básicos para sua classificação, conforme explicitados no documento da área, foram desclassificadas.

A comissão considerou como travas:

- Em coletânea:

a) pontuação de até 04 capítulos em caso de autoria de diferentes docentes permanentes do Programa (o que totalizaria a pontuação correspondente a 01 livro integral em seu estrato);

- Em caso de trabalhos completos em Anais de eventos científicos:

a) só foram avaliados trabalhos em eventos nacionais ou internacionais.

b) foi atribuída pontuação de no máximo de 120 trabalhos no triênio (o que correspondeu à pontuação de 1,5 livros no mesmo estrato).

A avaliação gerou para cada produto uma pontuação de zero a cem, a qual indicava o seu enquadramento em estratos (de L1 a L4), conforme definido pela Área (Foi atribuído **35% de peso ao cadastro da obra e aspectos formais da obra e 65% para Avaliação qualitativa da obra**).

As produções classificadas do Serviço Social ficaram assim distribuídas:

	Livro Integral	Coletânea	Capítulo	Prefácio, Posfácio e Apresentação	Editoração de Anais de Congresso	Verbete	TCA	Total da Produção
2010	48	52	296	26	5	5	453	885
2011	70	50	253	39	7	10	307	736
2012	77	79	435	62	8	14	462	1137

Produção bibliográfica classificada pela Área triênio 2010-2012

Se considerarmos a trienal passada e essa, houve um aumento percentual das obras avaliadas (trienal 2007-2009 foram 785 produtos avaliados, em 2010-2012 foram 2758 produtos).

Em relação aos estratos as produções avaliadas pela área apontam que 68,3% foram

classificadas em L4 ;27,4% em L3 ; 1,8 em L2 e 2,4 %, em L1 (na trienal anterior os valores foram 61% em L4, 34,8% em L3, 4% em L2 e 0,1% em L1).

Essa distribuição evidencia que os Programas vêm publicando em editoras universitárias e comerciais reconhecidas na área de editoração no Brasil e no exterior (Editora Cortez, Editoras Universitárias, Routledge, HUCITEC, Elsevier, Palgrave MacMillan, entre outras). Foram obras majoritariamente de cunho científico, vinculadas às linhas de pesquisa dos Programas, com bibliografia atualizada e temas relevantes para a Área. Destacam-se ainda as reedições e reimpressões de obras por docentes em Programas da Área.

PRODUÇÃO TÉCNICA

Em relação à produção técnica a área aponta para a avaliação de produções relativas a quantidade média/ano/docente permanente, considerando como essa produção:

- Relatórios de pesquisa feitos para instituições públicas e agências de fomento à pesquisa;
- Pareceres técnicos elaborados para agências de fomento;
- Organização de bancos de dados de acesso público;
- Participação de docentes em comissões e conselhos técnicos para elaboração de política científica e governamental;
- Elaboração de subsídios, Metodologias e Avaliações em Políticas Sociais;
- Manuais de Orientação sobre direitos da população;
- Capacitação de gestores públicos, entre outros.

V. Ficha de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos/Itens	Peso	Definição e Comentário sobre Quesitos/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	Na avaliação da proposta do programa serão consideradas: a) A articulação entre as áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos de pesquisa, extensão e desenvolvimento concluídos e em andamento. b) Adequação e abrangência das áreas de concentração que devem expressar os

	<p>objetivos do Programa.</p> <p>c) Clareza e especificidade na formulação e na quantidade das áreas de concentração e das linhas de pesquisa.</p> <p>d) A vinculação entre linhas e projetos,</p> <p>e) A quantidade de linhas e projetos em relação à dimensão do corpo docente permanente, sendo recomendada a distribuição de, no mínimo, 01 e, no máximo 05 projetos por docente do quadro permanente.</p> <p>f) A interdisciplinaridade (presença de docentes e discentes de outras áreas) no Programa.</p> <p>Na avaliação da coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular serão consideradas:</p> <p>a) A articulação das disciplinas que compõem a estrutura curricular em relação às áreas de concentração.</p> <p>b) A atualidade das ementas, dos conteúdos e da bibliografia das disciplinas.</p> <p>c) A flexibilidade da estrutura curricular na composição dos planos de estudos dos alunos.</p> <p>d) A consonância da formação do corpo docente permanente em relação ao conteúdo da estrutura curricular.</p> <p>e) Articulação interna das atividades acadêmicas do programa (seminários, conferências, bancas, participação em núcleos de pesquisa, publicação conjunta e disciplinas)</p> <p>f) Interação com outros programas das IES (seminários, conferências, bancas,</p>
--	--

		participação em núcleos de pesquisa, publicação conjunta e disciplinas).
1.2. Planejamento do Programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da Área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica de seus egressos, conforme os parâmetros da Área.	40%	<p>Nesse quesito serão avaliados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituição, organização e atuação de grupos ou núcleos de pesquisa no programa: - Constituição, organização e atuação de grupos ou núcleos de pesquisa em relação ao número de professores do corpo docente permanente - Existência de convênios, bolsas-sanduíche, intercâmbio de pesquisa, publicações conjuntas, intercâmbio de docentes e discentes, eventos conjuntos e outras atividades similares. - Existência de política de monitoramento de egressos, num período de até 3 anos após a titulação, de forma a obter dados para avaliar a inserção dos egressos no Programa.
1.3. Infra estrutura para ensino, pesquisa e se for o caso, extensão	10%	<p>Na avaliação da infra-estrutura do Programa para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão serão consideradas:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) As condições de espaço físico para funcionamento da coordenação e secretaria do Programa e para o atendimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e orientação. b) A existência e a suficiência de equipamentos de informática e multimídia para atender às necessidades do Programa. c) Acervo bibliográfico e documental e

		<p>serviços disponíveis em apoio ao desenvolvimento do Programa.</p> <p>d) Captação de recursos para ações de apoio ao curso/programa (apoio institucional e financiamento por parte de órgãos externos)</p>
2- Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa	20%	<p>O perfil do corpo docente deve conter:</p> <p>a) Todos os docentes do quadro permanente, colaboradores e visitantes devem ser doutores.</p> <p>b) A qualificação do corpo docente permanente deve ser adequada às áreas de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular do Programa.</p> <p>c) Será considerado positivo o processo de capacitação permanente do corpo docente.</p>
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e formação do Programa	25%	<p>Nesse item serão avaliadas:</p> <p>a) A atuação do corpo permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, de publicação e de formação de mestres e doutores, a área considera adequada a média de até 8 discentes por docentes, no processo de Orientação.</p> <p>b) O tamanho (mínimo de 10 docentes) e a estabilidade do corpo docente permanente, considerando o impacto gerado nas atividades de ensino, pesquisa e de orientação em função de possíveis reduções, incorporações e substituições de docentes;</p>

		<p>c) Adequação do percentual de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional, segundo a Portaria CAPES nº 01/2012;</p> <p>d) Na composição do corpo docente é recomendado que pelo menos 60% tenham formação de graduação ou de pós-graduação em Serviço Social, sendo que os programas explicitamente de caráter interdisciplinar e interdepartamental (Políticas Sociais e Políticas Públicas) devem alcançar um percentual de 30%;</p> <p>e) A participação de docentes colaboradores e docentes visitantes, considerada indispensável e desejável, evidenciando o grau de inserção do Programa em relação à graduação e à comunidade acadêmica;</p> <p>f) Pelo menos 70% dos docentes do Programa devem integrar o corpo de docentes permanentes e as oscilações na sua composição são aceitáveis até 20% no triênio;</p> <p>g) Existência de critérios tanto para a</p>
--	--	--

		<p>inserção como permanência dos docentes tanto do quadro permanente, como os não permanentes;</p> <p>h) Os docentes permanentes devem dedicar ao menos 20 horas semanais ao Programa;</p> <p>i) Os professores do corpo permanente só podem participar nessa condição de , no máximo de 2 Programas de Pós-graduação, na qualidade de permanentes. Excepcionalidades serão admitidas de acordo com a Portaria CAPES nº 1/2012</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do Programa</p>	<p>45%</p>	<p>a) A distribuição da carga letiva e da carga horária média deve ser de pelo menos 80% entre os docentes permanentes do Programa.</p> <p>b) Os docentes do quadro permanente devem desenvolver sistematicamente atividades de ensino, pesquisa e orientação.</p> <p>c) Todos os docentes do quadro permanente devem participar de projetos de pesquisa.</p> <p>d) A participação de docentes em redes locais, nacionais e internacionais de pesquisa será avaliada como positiva.</p> <p>e) Será considerado o quantitativo de professores do Programa com Bolsa de Produtividade do CNPq ou de outras instituições de fomento.</p> <p>g) A participação de docentes em programas e projetos especiais (PROCAD,</p>

		PQI, MINTER, DINTER e outros) será considerada.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG quanto (conforme a Área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.	10%	a) Os docentes do Programa devem participar de atividades de ensino e ou pesquisa, b) Os docentes do Programa devem participar de atividades de orientação de Iniciação Científica. c) Será observada a articulação do Programa com cursos de graduação e os impactos decorrentes dessa articulação.
3 – Corpos Docente, Teses e Dissertações	30%	
3.1. Quantidade de Teses e Dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo docente	40%	Será avaliado o percentual de titulados em relação aos alunos ingressantes no triênio, excluídas as desistências e abandonos em relação à dimensão do corpo docente A dimensão do corpo docente em orientação, em relação à dimensão do quadro docente permanente, será observada
3.2. Distribuição das orientações de Teses e Dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do Programa	10%	É desejável que as teses e dissertações defendidas estejam distribuídas pelos docentes do programa
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do Programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à Área	30%	As teses e dissertações devem gerar publicações (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos científicos) até 03 anos após a defesa, Com relação às publicações (livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos científicos) em veículos qualificados, do conjunto dos discentes da pós-graduação, O percentual de discentes autores da pós-graduação em relação à dimensão do

		corpo discente (e participação de discentes autores da graduação)
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados	20%	Tempo médio de defesa do Programa de Pós-Graduação considerando as médias da área para Mestrado e Doutorado. Nesse item será avaliada de forma diferenciada a relação com alunos bolsistas e não bolsistas, bem como alunos de projetos especiais aprovados pela CAPES como MINTER e DINTER.
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	40%	A produção científica docente será avaliada, conforme o Qualis periódico e a classificação de livros da área, com base nos seguintes parâmetros: a) Publicações por docente permanente do programa; b) Distribuição de publicações em relação ao corpo docente do programa; c) Produção técnica qualificada dos docentes do Programa.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa	30%	a).Referência à quantidade média/docente de publicações em relação ao corpo docente permanente, no triênio: b)Distribuição das publicações entre o corpo docente permanente: c) Co-autoria com discentes da Pós-Graduação: publicações em veículos qualificados na proporção da relação com o corpo discente.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes	30%	Nesse item serão considerados, entre outros:

		<p>a) Relatórios de pesquisa feitos para instituições públicas e agências de fomento à pesquisa;</p> <p>b) Pareceres técnicos elaborados para agências de fomento;</p> <p>c) Organização de bancos de dados de acesso público;</p> <p>D) Participação de docentes em comissões e conselhos técnicos para elaboração de política científica e governamental.</p>
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do Programa	45%	<p>5.1.1. Impacto educacional</p> <p>Considerar o impacto educacional da contribuição do Programa com a formação qualificada por meio de:</p> <p>a) Publicação de livros e artigos de referência para os cursos de graduação (considerar o alcance da Editora e número de edições);</p> <p>b) Publicação de livros textos sob encomenda para utilização em cursos de graduação, especialização e outros (considerar o alcance da instituição ou editora requerente e o número de edições);</p> <p>c) Promoção de eventos científicos;</p> <p>d) Participação de alunos da graduação em núcleos de pesquisa.</p> <p>5.1.2 Impacto social</p> <p>Nesse quesito serão considerados:</p> <p>a) Formação de recursos humanos qualificados para aprimoramento da gestão pública;</p> <p>b) Formação de recursos humanos</p>

		<p>qualificados para a capacitação de pessoal para atuação em espaços participativos (conselhos, fóruns, etc.);</p> <p>c) Assessoria e consultoria para formulação, gestão, implementação, análise e avaliação de Políticas Públicas;</p> <p>d) Desenvolvimento de avaliações de políticas e programas sociais, em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil;</p> <p>e) Desenvolvimento de sistemas de informações e de gestão em atendimento a demandas de instituições públicas e da sociedade civil;</p> <p>f) Desenvolvimento de estudos e pesquisas para fundamentar ações implementadas por instituições públicas e da sociedade civil.</p> <p>5.1.3. Impacto cultural – formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural e artístico, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e às artes e ao conhecimento nesse campo.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Programas e Centros de Pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação</p>	<p>40%</p>	<p>a) Desenvolvimento de intercâmbios com outros programas de pós-graduação (PROCAD, PQI, DINTER, MINTER, Casadinho e outros), em nível nacional e internacional;</p> <p>b) Desenvolvimento de intercâmbios com instituições governamentais e não governamentais em níveis local, nacional e internacional.</p>
<p>5.3. Visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<p>a) Existência e manutenção de página WEB para a divulgação, de forma</p>

	<p>atualizada do Programa, seu quadro docente e discente; os critérios de seleção ao Programa, grupos e núcleos de pesquisa;</p> <p>b) Desenvolvimento de ações abertas à comunidade acadêmica e à sociedade em geral para divulgação dos trabalhos e produções do Programa, intercâmbio e difusão do conhecimento.</p>
--	---

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.

<p>1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.</p>
<p>2. Corpo Docente</p>	<p>20%</p>	
<p>2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>50%</p>	<p>- Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7o da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional)</p> <p>- Examinar se o Corpo Docente atua em P,D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.</p>

<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. -Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 : “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes
<p>3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão</p>	<p>30%</p>	
<p>3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa</p>	<p>30%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. - Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC no 17, de 28 de

		dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	<p>- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica.</p> <p>- Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.</p>
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	30%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	30%	- Examinar o número total de publicações do programa no triênio.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	20%	<p>- Examinar o número total da Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). • Artigos publicados em periódicos técnicos. • Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. • Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. • Elaboração de protocolos, normas ou programas.

		<ul style="list-style-type: none"> • Consultoria ou assessoria técnica. • Produtos técnicos. • Protótipos. • Patentes. • Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	30%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5. Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	40%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc ...), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das</p>

	<p>condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam</p>
--	--

		<p>introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;</p> <p>a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p>

5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa	20%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação.- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006)
---	-----	---

Em relação à ficha de avaliação do Mestrado Profissional não foram feitas alterações na ficha orientadora aprovada pelo CTC-ES, uma vez que a área não possui nenhum Programa nessa modalidade.

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

No processo de internacionalização, o Serviço Social tem reforçado sua interlocução com Programas localizados particularmente na Europa, e tem participado ativamente do processo de criação e consolidação da pós-graduação na América Latina.

Muitos programas da área, e em particular seus doutorados, já estabeleceram redes de pesquisas com pesquisadores internacionais, o que tem propiciado a presença de professores visitantes nos Programas da Área. Também é recorrente a ida de docentes dos programas do Brasil para o exterior, estabelecendo protocolos de estudos comparados entre as realidades díspares e incidindo na análise principalmente da área do Serviço Social e das políticas sociais públicas. Também várias titulações em co-tutela tem sido realizadas, com Programas principalmente da Europa. Destaca-se a formação de recursos humanos para a criação de Programas de Pós-Graduação, principalmente na América Latina e África e em países como Portugal e Espanha. Inúmeros projetos de pesquisas com

financiamento de agências de fomento brasileiras e estrangeiras têm sido aprovados e estão em execução nos Programas de Pós-Graduação da Área. Compreende-se o processo de internacionalização em duas perspectivas:

- a) A capacidade instalada nos programas do Brasil de fomentar e contribuir com o desenvolvimento da Pós-Graduação nos países do América Latina, da África, incentivando a formação de doutores desses países nos Programas da Área;
- b) O debate intelectual e profícuo, através de publicações internacionais e de parcerias com Núcleos de Pesquisa e intercâmbio entre pesquisadores que alimentem a formação qualificada para atuar no campo das políticas sociais e na contribuição do Serviço Social para o debate crítico da sociedade capitalista.

O debate sobre **Internacionalização da Área** foi inaugurado com a definição de critérios de Internacionalização de Programas na perspectiva das notas 6 e 7 que apontava para a necessidade de que, para além dos parâmetros de produção, os Programas devem demonstrar seu grau de internacionalização, considerando, relativamente ao seu corpo permanente:

- Proporção de docentes participando como visitantes em Programas de IES estrangeiras;
- Proporção de docentes em estágio de pós-doutorado em IES estrangeiras;
- Professores visitantes estrangeiros recebidos pelo Programa no triênio;
- Intercâmbio de alunos com IES estrangeiras, sobretudo por meio de bolsas sanduíche;
- Orientação de alunos de origem estrangeira, no Programa;
- Participação de docentes em eventos científicos de caráter internacional;
- Financiamento internacional para atividades de pós-graduação;
- Participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional;
- Participação em diretorias de associações científicas internacionais;
- Captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional;
- Participação em projetos de pesquisa envolvendo programa de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras.

Esses critérios já estabelecidos na trienal passada apontavam para uma forma de induzir a internacionalização e criar a partir desse movimento um caminho a ser trilhado na área para expandir o debate internacional e mais que isso para disputar espaço internacional para sua produção. Nesse triênio observa-se que vários movimentos foram feitos nessa direção.

Além desses critérios de internacionalização esperado para a atribuição das notas 6 e 7, a área elegeu os seguintes critérios para tal atribuição :

- 1. Solidariedade:** os Programas devem demonstrar sua cooperação com programas com nota 3 ou 4 (sem doutorado) ou com grupos que ainda não têm curso de pós-graduação *stricto sensu*:
 - Minter, Dinter, Casadinho, PROCAD ou associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação, sobretudo em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
 - Assessoria para a formulação de propostas de novos cursos;

- Participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados;
 - Parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação na área.
- 2. Nucleação:** os programas devem demonstrar a participação de egressos em:
- Atividades de ensino de graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
 - Atividades de ensino de pós-graduação em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
 - Atividades de pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação;
- 3. Liderança:** os Programas devem demonstrar liderança na área considerando:
- Atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países;
 - Proporção de docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES, etc. ou de agências de fomento internacionais;
 - Premiações, nacionais e internacionais, recebidas pelos docentes permanentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação;
 - Proporção de docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais
 - Participação de docentes permanentes em cargos relevantes para as políticas sociais.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 32 - SERVIÇO SOCIAL

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ALBA TEREZA BARROSO DE CASTRO	UERJ	Consultor(a)
BERENICE ROJAS COUTO	PUC/RS	Coordenador(a)
HELDER BOSKA DE MORAES SARMENTO	UFSC	Consultor(a)
IVANETE SALETE BOSCHETTI	UNB	Consultor(a)
JULIANE FEIX PERUZZO	UFPE	Consultor(a)
MARIA LUCIA TEIXEIRA GARCIA	UFES	Consultor(a)
MARIA LUIZA AMARAL RIZZOTTI	UEL	Coordenador(a) Adjunto(a)
MARIANGELA BELFIORE WANDERLEY	PUC/SP	Consultor(a)
MARIA OZANIRA DA SILVA E SILVA	UFMA	Consultor(a)
RODRIGO DE SOUZA FILHO	UFJF	Consultor(a)
SUELI BULHOES DA SILVA	PUC-RIO	Consultor(a)
VERA MARIA RIBEIRO NOGUEIRA	UCPEL	Consultor(a)